

Maldaner aponta importação ilegal de fósforos

A invasão do mercado brasileiro por fósforos de péssima qualidade, que entram no país de forma ilegal e são vendidos a preço vil, foi denunciada pelo senador Casildo Maldaner.

Alertando que "esses fósforos são tão ruins que chegam a colocar em risco a saúde e a segurança dos brasileiros", Maldaner ressaltou que a indústria nacional está enfrentando concorrência desleal porque o produto "vem de países onde existe brutal exploração de mão-de-obra, muitas vezes infantil, em condições de quase ou plena escravatura".

Página 4

Ademir: Lei prevê reajuste a servidores

A data-base para reajuste salarial dos servidores públicos está fixada em janeiro pela Lei nº 7.706/88, segundo o senador Ademir Andrade. Ele criticou o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Clóvis Carvalho, por haver afirmado que o reajuste em janeiro é apenas uma tradição. "Neste país em que algumas leis pegam e outras não, não terá o ministro, em algum sentido, sua razão?", ironizou Ademir.

Página 3

Alcântara defende novo modelo de reforma agrária

Ao condenar "monopólio do Incra", senador propõe concessão de maior poder aos governos estaduais para acelerar processo

A adoção de um novo modelo de reforma agrária no país, com a quebra do "monopólio" do Incra e maior poder de ação dos governos estaduais, foi proposta sexta-feira pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao fazer um balanço dos principais problemas que afetam a questão fundiária.

Lúcio Alcântara disse que "o monopólio hoje exercido pelo Incra, nocivo ao esforço do governo federal, e a urgente necessidade de realizar a re-



Lúcio Alcântara

forma agrária não descredenciam o órgão como instituição capaz de coordenar um Sistema Nacional de Reforma Agrária". Nesse sistema, os governos estaduais teriam maior poder de decisão, em benefício da celeridade, da maior eficiência e redução dos custos.

O senador cearense afirmou ser preocupante a atual dimensão dos conflitos de terra no Brasil, em número de 585 e envolvendo quase 90 mil famí-

lias de agricultores.

Para Alcântara, o Estado deve-se antecipar às invasões de terra "mediante ação firme, integrada, descentralizada e participativa", com base em uma política agrária e em um plano nacional de reforma agrária.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (AM) solidarizou-se com as preocupações de Alcântara. Já o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) enfatizou a importância da destinação de 10% dos recursos dos fundos constitucionais para aplicação nos assentamentos de reforma agrária dirigidos pelo Incra.

FHC deve ouvir líder do governo, diz Cabral

O senador Bernardo Cabral (AM) sugeriu sexta-feira ao presidente Fernando Henrique Cardoso que ouça mais o líder do governo no Senado, o que julga não ter ocorrido em relação à decisão tomada equivocadamente, como o presidente admitiu, de vetar o artigo do projeto sobre planejamento familiar que permitia a esterilização de homens e mulheres pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Cabral lembrou ter considerado a decisão de Fernan-

do Henrique "um brutal equívoco" tão logo soube da notícia do veto pelos jornais e considerou positiva a atitude do presidente de admitir a culpa de ter cometido "erro técnico" e de convocar o Congresso a rever o veto.

O senador amazonense destacou ainda a posição contrária de dona Ruth Cardoso, salientando tratar-se de "crítica de uma pessoa insuspeita", e leu em plenário a íntegra de suas declarações à imprensa sobre a decisão de Fernando Henrique Cardoso.



Bernardo Cabral

Valmir defende duplicação de parte da BR-060

Ele apela a ministro para que coloque trecho Brasília-Anápolis como prioridade. Página 4

Lauro enaltece Ênio Silveira e seu compromisso democrático

Senador lembra a trajetória do editor que teve direitos políticos cassados, foi preso sete vezes e respondeu a 4 inquéritos militares

"Tenhamos orgulho do brasileiro Ênio Silveira, que se orgulhava do que sempre foi, fez e escreveu", conclamou sexta-feira o senador Lauro Campos (PT-DF), ao manifestar seu pesar pelo falecimento do editor. Para o senador, a vida de Ênio Silveira é um exemplo de extrema atualidade como contraponto à trajetória de muitos intelectuais.

Integrante da primeira lista de cassação dos direitos políticos pelo governo militar de 1964, segundo Lauro Campos, o editor foi preso sete vezes, res-

pondeu a quatro inquéritos militares por "delito de opinião" e sua editora por duas vezes foi alvo de atentados a bomba. "Tudo isso por publicar obras que, conforme o poder de então, atentavam contra a segurança nacional", afirmou.

Hoje, na opinião do senador, é difícil encontrar semelhante compromisso ético entre os intelectuais. A seu ver, boa parte deles rendeu-se ao discurso do-



Lauro Campos

minante da conciliação e do conservadorismo.

Conforme o senador, após a edição do AI-5, a editora de Ênio Silveira chegou várias vezes à beira da falência e, em 1982, "vendo seu patrimônio pessoal esgotado", teve que vender seu controle acionário à Difusão Européia do Livro (Difel), onde continuou trabalhando como editor até sua morte.



Jonas Pinheiro

Jonas Pinheiro lamenta morte de empresário

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lamentou sexta-feira o falecimento do empresário Ney Bittencourt, presidente da Agroceres e responsável pela tecnologia genética presente em 35% da carne suína abatida sob inspeção federal no Brasil e pela linhagem de um em cada três frangos consumidos no país.

Conforme Jonas Pinheiro, com sua perspicácia empresarial, Bittencourt "tomou-se figura ímpar no mundo do *agribusiness*", tendo a Agroceres, com faturamento anual em torno de US\$ 100 milhões, se transformado no maior complexo de pesquisa, produção e comercialização de insumos agropecuários do mundo tropical.

Atuando no campo de sementes de milho híbrido, a empresa foi também pioneira nacional na produção de sorgo híbrido, hortaliças e matrizes de aves e suínos. Na opinião de Jonas Pinheiro, o presidente da Agroceres foi "quem mudou a cabeça de lideranças e empresários do setor, difundindo o conceito do complexo do *agribusiness*".

Benedita defende pastor e obra social

A defesa do reverendo Caio Fábio D'Araújo Filho, presidente da Associação Evangélica Brasileira, foi feita pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que contestou os que o têm comparado "a líderes evangélicos de fichas sujas, réus confesos de suas próprias ganâncias".

O pastor, ligado ao movimento Viva Rio e coordenador da Fábrica da Esperança, segundo a senadora, é reconhecido internacionalmente



Benedita da Silva

por seu trabalho de evangelização de mais de duas décadas.

Benedita da Silva lamentou a posição contrária do governador do estado do Rio de Janeiro e do prefeito da capital ao movimento Viva Rio:

- Primeiro tentam difamar a Fábrica por conta de algumas gramas de cocaína achados a poucos metros de onde os traficantes agem impunemente, sem qualquer coerção por parte do poder público. Depois, com desfaçatez, tentam

transferir para a liderança religiosa do reverendo Caio Fábio a culpa ou a responsabilidade de ações ilícitas que eles mesmos não podem ou não querem controlar - garantiu a senadora.

Benedita da Silva disse que o reverendo Caio Fábio já havia advertido a opinião pública para as práticas reprováveis por parte de alguns pastores "três meses antes de virem a público imagens que hoje entristecem os evangélicos de modo geral. Agora, algumas personalidades públicas tentam colocá-lo no mesmo nível daqueles a quem ele não tem poupado duras críticas".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Previsão dos trabalhos para a semana

Quarta-feira (24.01.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Projeto de Lei de patentes. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre

Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Votação do parecer do relator à proposta que cria o Fundo de Estabilização Fiscal. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (25.01.96)

10h - Comissão do Código de Trânsito

Pauta: Apresentação do parecer sobre o projeto de Código de Trânsito Brasileiro. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

Ademir Andrade defende reajuste do funcionalismo

Para senador, a Lei nº 7.706/88 estabelece data-base em janeiro, ao contrário do que afirma o chefe da Casa Civil da Presidência

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou na sexta-feira o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Clóvis Carvalho, que afirmou não haver lei que obrigue o governo a revisar os vencimentos dos servidores públicos em janeiro, com a alegação de que esta data-base era apenas uma tradição. Afirmando que a ninguém é permitido ignorar a lei, Ademir sustentou que a fixação dessa data-base não é tradição, mas está estabelecida na Lei nº 7.706/88, concebida para re-



Ademir Andrade

gulamentar dispositivo da Constituição. Irônico, o senador indagou: "Neste país em que algumas leis pegam e outras não, não terá o ministro, em algum sentido, sua razão?". O receio de Ademir Andrade é que se adote a "tradição" de não cumprir a lei. Lembrando que a equipe econômica do governo tem pregado a austeridade, Ademir disse que até concordaria com essa atitude se visse "os sacrifícios sendo repartidos por todos os segmentos sociais, o

que não ocorre". Ademir Andrade mencionou "o absurdo socorro financeiro a bancos falidos, cujos proprietários saem do episódio mais ricos do que nunca", assim como as "privatizações mal conduzidas, que têm gerado muito menos receita para o Tesouro do que para os especuladores de títulos públicos".

Depois de observar que os servidores não têm direito a negociação salarial ou dissídio coletivo em sua data-base, o senador sustentou que isso "não lhes priva do direito legal ao reajuste salarial, tanto mais quando a inflação continua em nível bem mais elevado que a dos países do chamado Primeiro Mundo".

Ademir Andrade mencionou "o absurdo socorro financeiro a bancos falidos, cujos proprietários saem do episódio mais ricos do que nunca", assim como as "privatizações mal conduzidas, que têm gerado muito menos receita para o Tesouro do que para os especuladores de títulos públicos".



Roberto Requião

Requião lê depoimento de Ivan Frota

Autor do requerimento de convocação do brigadeiro Ivan Frota para depor no Senado sobre o caso Sivam, o que acabou não ocorrendo, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) leu, em plenário, o documento básico do depoimento daquele militar. Para o senador, o fato de o brigadeiro ter criticado a Casa e mantido suas críticas perante as comissões que analisam o Sivam não significa que seus argumentos não tenham validade.

Idealizador do projeto Vigilam, primeira iniciativa destinada à vigilância eletrônica da Amazônia e que não chegou a ser implantada, o brigadeiro sustenta no documento que o projeto Sivam "pretendeu estabelecer metas de curto prazo ambiciosas demais" e que a necessidade de correr atrás de grande volume de recursos para viabilizá-lo "causou a abertura de uma fenda no próprio objetivo do projeto", vulnerabilizando "a própria soberania do país".

No documento, Frota afirma que, com o Sivam, passou-se a dar ênfase mais a interesses externos que internos, como narcotráfico, reservas indígenas e agressão ao ecossistema. Na sua avaliação, foram abandonados também critérios como os interesses da indústria nacional, a transferência de tecnologia e a independência na utilização dos recursos. "Ao invés de primeiro implantar a filosofia do sistema para depois definir as necessidades, inverteu-se o processo", frisa o brigadeiro.

Amorim quer criação de serviço de crédito oficial

A criação, pelo Executivo, de um Sistema de Proteção a Credores e Devedores, sob controle e fiscalização do poder público, é o que prevê projeto de lei encaminhado à tramitação pelo senador Ernandes Amorim (PMDB-RO). O projeto também torna ilegais e sujeitas às penas da lei quaisquer empresas privadas de proteção ao crédito que atuem sem registro nas juntas comerciais.

Segundo o senador, embora o mecanismo normal para a cobrança de dívidas sejam as ações judiciais impetradas por meio de advogados e perante juízes legalmente constituídos,



Ernandes Amorim

como determina a lei, "implantou-se no país um sistema extralegal de justiça particular, o chamado Serviço de Proteção ao Crédito". Para ele é inadmissível que algumas entidades privadas pratiquem a justiça pelas próprias mãos e atropelem a

legislação processual.

Ernandes Amorim disse que os serviços de proteção ao crédito atualmente existentes funcionam como uma espécie de cartório privado que registra os clientes de crediário, dispõe de um código de penas e restrições de direito e se vale, por exemplo, da divulgação dos nomes dos devedores como meio de coação. Tudo isso, segundo o senador, sem nenhuma fiscalização oficial, "quando até mesmo os cartórios de protesto de títulos, que também manipulam o crédito comercial e pessoal, são fiscalizados pelo Poder Judiciário".

Maldaner denuncia importação de fósforo de má qualidade

Segundo senador, produto entra no país de forma ilegal e é vendido a preço vil, com prejuízo para a indústria brasileira

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) denunciou sexta-feira como fato da maior gravidade a invasão do mercado brasileiro por fósforos de péssima qualidade, que entram de forma ilegal no país e são vendidos a



Casildo Maldaner

preço vil, com prejuízo para a indústria nacional. Ele disse que só em 1991 foram trazidos para o país, sem pagamento de tarifas, cerca de 362 mil pacotes. No ano passado, o senador estima que esse número teria crescido para 1,5 milhão de pacotes, ou seja, o crescimento foi de quase 500%.

MÁ QUALIDADE

- Tão ou ainda mais grave que a burla às leis de importação é a baixíssima qualidade do produto que vem tomando o nosso mercado - disse Casildo Maldaner.

O senador alertou que "esses fósforos são tão ruins que chegam a colocar em risco a saúde e a segurança dos brasileiros". Mesmo assim, segundo Maldaner, as fábricas bra-

sileiras, que produzem material de boa qualidade, começam a perder terreno para esses fósforos, importados sobretudo da Índia, o que

resultará em desemprego e fechamento de empresas.

Valmir Campelo defende a duplicação da BR-060

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) defendeu a duplicação do trecho Brasília-Anápolis da BR-060, que interliga a capital com as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. Ele fez um apelo ao ministro dos Transportes, Odacir Klein, para que a obra seja colocada entre as prioridades do Ministério neste ano.

Segundo o senador, aquele trecho da estrada está intráfegável e registra número elevado de mortes. Valmir disse também que é por essa estrada que Brasília recebe uma infinidade de mercadorias, como "tijolo de Anápolis, madeira do Pará, cereais de Goiás e Tocantins", entre outras de importância equivalente em termos econômicos e sociais.

Maldaner lembrou que frequentemente se exige a modernização das empresas brasileiras no sentido de enfrentar a concorrência internacional. No caso dos fósforos, conforme o senador, a indústria nacional está enfrentando concorrência desleal, "porque esse produto vem de países onde existe uma brutal exploração de mão-de-obra, muitas vezes infantil, em condições de quase ou plena escravidão".



Valmir Campelo

Valmir Campelo argumentou, ainda, que a capital do país está limitada em sua vocação de pólo irradiador de desenvolvimento devido às dificuldades enfrentadas no trânsito das estradas que a circundam.



Júlio Campos

Campos anuncia recursos para Mato Grosso

A destinação de recursos da ordem de R\$ 14 milhões, pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Políticas Regionais, em benefício de diversos municípios de Mato Grosso, foi anunciada pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), após audiências que manteve com os ministros Paulo Renato Souza e Cícero Lucena.

Ao informar que Paulo Renato atendeu a todas as suas reivindicações, Júlio Campos disse que os recursos do Ministério da Educação, no total de R\$ 8 milhões, serão utilizados na conclusão, ampliação e reforma de escolas, beneficiando cerca de 40 municípios.

Os R\$ 6 milhões a serem liberados até o início de fevereiro pela Secretaria de Políticas Regionais se destinam à recuperação de estradas vicinais dos municípios de Guaratã do Norte, Itaúba, Barão de Melgaço, Itiquira, Porto dos Gaúchos, Rosário Oeste, Tesouro e Várzea Grande.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalure e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.